

Uma reflexão sobre desenvolvimento e sustentabilidade: quando o bem-estar social se torna sinônimo de consumo

Resumo

O objetivo deste texto é problematizar o conceito do desenvolvimento na lógica capitalista, segundo a qual o bem-estar social é resultante única e exclusivamente das condições materiais. Nesse sentido, abordaremos duas questões importantes para a análise: i) a relação do local com o global, considerando que o sistema capitalista impõe perdas de condições locais de desenvolvimento a partir da premissa da globalização, estabelecendo uma ruptura entre as condições de acumulação do presente e as condições para o controle dos impactos socioambientais, pareando bem-estar social e consumo como sinônimos; ii) o impacto desse modelo para a sustentabilidade, ou seja, a relação entre o poder de consumo de uma sociedade, seu bem-estar e o meio ambiente. Referimo-nos a um tipo de ação econômica que repercute e se desdobra numa padronização da vida e do trabalho enquanto mercadoria, pasteurizando o cotidiano e moldando o espaço a fim de transformar o trabalho em mercadoria equivalente. Qualquer sociedade que encare essa lógica de forma distinta é associada ao atraso, à condição de uma sociedade fora das condicionantes do progresso. Aqui, propomos pensar o desenvolvimento a partir do pressuposto de que se faz necessário desglobalizar, des-homogeneizar o consumo, pensar os modelos locais, o lugar e suas particularidades, suas tecnologias, seus costumes, as capacidades de articulação e hibridação entre o local e o global, reconhecendo que natureza e cultura não são domínios separados e independentes.

Palavras-chave: Bem-estar Social. Globalização. Sustentabilidade. Desenvolvimento.

José Alex Rego Soares
Doutor em Ciências pela
Universidade de São Paulo – USP.
Pós-doutorando em Economia
pela Faculdade de Economia,
Administração e Contabilidade –
FEA/USP.
Brasil
jalex.economia43@gmail.com

Érica Renata de Souza
Doutora em Ciências Sociais pela
Universidade Estadual de
Campinas - UNICAMP. Professora
da Universidade Federal de Minas
Gerais - UFMG.
Brasil
erica0407@gmail.com

Para citar este artigo:

SOARES, José Alex Rego; SOUZA, Érica Renata de. Uma reflexão sobre desenvolvimento e sustentabilidade: quando o bem-estar social se torna sinônimo de consumo. Revista PerCursos, Florianópolis, v. 19, n.41, p. 08 - 27, set./dez. 2018.

DOI: 10.5965/1984724619412018008

<http://dx.doi.org/10.5965/1984724619412018008>

Uma reflexão sobre desenvolvimento e sustentabilidade: quando o bem-estar social se torna sinônimo de consumo

José Alex Rego Soares, Érica Renata de Souza

A reflection about development and sustainability: when social welfare becomes synonymous with consumption

Abstract

The purpose of this text is to problematize the concept of development in the capitalist logic, according to which social welfare is the result only of material conditions. In this sense, we will address two important questions for this analysis: i) the relation of the local with the global, considering that the capitalist system imposes losses of local conditions of development from the premise of globalization, establishing a rupture between the conditions of accumulation of the present and conditions for the control of socio-environmental impacts, matching social well-being and consumption as synonyms; ii) the impact of this model on sustainability, that is, the relationship between the consumption power of a society, its well being and the environment. We refer to a type of economic action that reverberates and unfolds in a standardization of life and work as a commodity, pasteurizing the daily life and shaping the space in order to transform work into an equivalent commodity. Any society that faces this logic in a different way is associated with backwardness, the condition of a society outside the constraints of progress. Here we propose to think about development based on the assumption that it is necessary to look towards deglobalization, undo the homogeneity of consumption, to think local models, the place and its particularities, its technologies, its customs, its capacity for articulation and hybridization between the local and the global, recognizing that nature and culture are not separate and independent domains.

Keywords: Social Welfare. Globalization. Sustainability. Development.

Uma reflexão sobre desenvolvimento e sustentabilidade: quando o bem-estar social se torna sinônimo de consumo

José Alex Rego Soares, Érica Renata de Souza

1 Introdução

Ao problematizar o conceito do desenvolvimento no capitalismo, buscaremos problematizar uma lógica segundo a qual o bem-estar social é resultante única e exclusivamente das condições materiais. Nesse sentido, abordaremos duas questões importantes para essa análise: i) a relação do local com o global, considerando que o sistema capitalista impõe perdas de condições locais de desenvolvimento a partir da premissa da globalização, estabelecendo uma ruptura entre as condições de acumulação do presente e as condições para o controle dos impactos socioambientais, pareando bem estar-social e consumo como sinônimos; ii) o impacto desse modelo para a sustentabilidade, ou seja, a relação entre o poder de consumo de uma sociedade, seu bem-estar e o meio ambiente.

Nossa intenção, ao separar as teorias e as práticas econômicas, é "compreender os sentidos das categorias que servem para pensar e atuar no mundo tido como 'econômico', ou para agir e pensar 'economicamente' nas relações humanas" (NEILBURG, 2010, p. 228), bem como os impactos dessas categorias para o debate socioambiental.

Quando falamos em desenvolvimento econômico numa perspectiva capitalista e globalizante, estamos pensando em um modelo de vida pautado em uma situação clássica, que envolve um moderno sistema organizacional baseado no consumo de mercadorias, um modo social – produção, distribuição, troca, consumo (MARX, 1982, p. 7), que se dá nas relações sociais, e que transforma radicalmente o cotidiano dos indivíduos e sua relação direta com uma natureza preexistente, num processo permanente de alteração do espaço com base no processo de colecionar acúmulo de mercadorias. Segundo Dupas (2006, p. 138): "O mito do capitalismo racional previa que o progresso ocorreria consolidando-se em um ciclo virtuoso de crescimento econômico". Nessa lógica, seria inconcebível encarar o progresso de outra forma a não ser como condição inerente da diversificação de mercadorias e a venda da força de trabalho.

Contudo, podemos problematizar essa perspectiva à luz dos questionamentos de Escobar:

Uma reflexão sobre desenvolvimento e sustentabilidade: quando o bem-estar social se torna sinônimo de consumo

José Alex Rego Soares, Érica Renata de Souza

Pode o mundo ser reconcebido e reconstruído de acordo com a lógica das práticas da cultura, da natureza e da economia? Quais mundos regionais, e quais formas do “global” podem ser imaginadas de outras perspectivas múltiplas, locais? Quais contra-estruturas podem ser colocadas em seu lugar para fazê-las viáveis e produtivas? Que noções de “política”, “democracia”, “desenvolvimento” e “economia” são necessárias para liberar a efetividade do local, em toda a sua multiplicidade e suas contradições? (ESCOBAR, 2005, p. 74)

2 A construção da homogeneização do consumo e de um padrão de desenvolvimento global

O modo de produção capitalista busca ganhar contornos intangíveis pela necessidade de gerar lucros que é alcançada pela apropriação do excedente. Como consequência, busca estabelecer um mecanismo que repercuta no mundo e se desdobre numa homogeneização da vida e do trabalho enquanto mercadoria, pasteurizando o cotidiano, moldando o espaço (MARX, 2002).

Para tanto, faz-se necessário constituir uma forma, uma organização, um modo de produção capaz de produzir e circular essa imensa massa de mercadorias, a partir de uma base tecnológica que se desenvolve em função da necessidade de aumentar ganhos de produtividade. Ao se consolidar essa forma social de produção, constrói-se a invenção da necessidade material, do consumo, por sua vez renovada pela inovação tecnológica. Um modo global de produção se alavanca, com a constituição de uma formação institucional, política, ideológica pautada no trabalho livre, na propriedade privada e no livre comércio, alterando o meio ambiente ao seu favor.

A natureza, nessa lógica entendida como preexistente, é parte integral do processo de criação de mercadorias e de produção do lucro capitalista. O capitalismo se impõe por sua capacidade de transformar, revolucionar constantemente os seus meios de produção de acordo com seus interesses, gerando um sistema capaz de impor uma grande ofensiva contra meios de organização produtiva e social locais de diversos grupos sociais, uma vez que a lógica capitalista não suporta a possível existência e manifestação de formas não capitalistas de se viver.

Uma reflexão sobre desenvolvimento e sustentabilidade: quando o bem-estar social se torna sinônimo de consumo

José Alex Rego Soares, Érica Renata de Souza

Dessa maneira, a dominação social, em sua forma mais elementar, não se baseia no modo de dominação de pessoas por pessoas, mas na dominação das pessoas por estruturas sociais *abstratas*, constituídas pelas pessoas (POSTONE, 2014, p. 46). Em alguns casos, o sistema capitalista consegue manter uma convivência com outras possibilidades que não necessariamente seriam constituintes do sistema, mas desde que julgue que o arranjo favorecerá o lucro, como no caso da utilização do trabalho escravo por grandes empresas capitalistas de ponta no Oriente e na América Latina¹.

A estruturação de um processo de produção de mercadorias veio acompanhada de uma sustentação teórica, formando um *mainstream* (pensamento econômico clássico) capaz de elaborar um pensamento que justificasse as condições gerais de organização de um modo de produção que tem suas bases atreladas ao consumo, e em especial, à sustentação da reprodução do capital, do lucro.

O *mainstream* econômico defende que os indivíduos trabalham de maneira racional, com intuito de otimizar seus ganhos frente aos demais agentes. Nesse discurso, os agentes econômicos buscam sempre tirar o melhor de uma situação através de sua capacidade de ganhos materiais, supostamente inerente ao ser humano, “inato” ao *homo economicus*.

Gilberto Dupas encontra em Walter Benjamin (2005) outra explicação para esse comportamento radicalmente racional que permeia as teses economicistas. "Para Benjamin, a lógica impiedosa do capitalismo é produtora de um desespero crescente e sem fim; a culpa dos humanos expressa no seu contínuo endividamento para com o capital, não deixa esperança de expiação" (DUPAS, 2006, p. 138).

Qualquer sociedade que culturalmente encare de forma distinta essas condições é relacionada ao atraso, exposta à condição de uma sociedade fora das condicionantes do progresso. Essa sociedade precisa ser embuída de novos mitos, novos totens: a mercadoria como o universal da humanidade, símbolo e síntese do progresso e da sustentação de um *ethos* que permite sua autofagia. A mercadoria "(n)ão é mais nada

¹ Entendemos que não existe uma forma particular de capitalismo, o que podemos afirmar é que existam diferentes formas de capitalismo, conforme a região, a cultura e a sociedade. Dentro do Brasil, podemos afirmar que existem vários “capitalismos”, em função das condições históricas e sociais de cada região.

Uma reflexão sobre desenvolvimento e sustentabilidade: quando o bem-estar social se torna sinônimo de consumo

José Alex Rego Soares, Érica Renata de Souza

que determinada relação social entre os próprios homens que para eles aqui assumem a forma fantasmagórica entre coisas" (MARX, 2002, p.94)

Deparamo-nos com uma proposta de salvação do sistema que se apresenta como capaz de reconfortar o desastre de uma sociedade cheia de imprudências sociais e econômicas, como bem ilustra Santos (2003, p. 35):

Não seria exagero dizer que as elites começaram a despertar para a seriedade da questão ambiental no Brasil quando o Banco Mundial, pressionado pelas organizações não-governamentais dos países do Norte e diante do inegável desastre de projetos de desenvolvimento que vinha financiando, passou a bloquear alguns empréstimos. Foi preciso que a devastação da floresta amazônica e o lamentável tratamento da questão indígena fossem contestados em instituições financeiras internacionais para que internamente as elites principiassem a perceber a existência de um problema.

Pimenta (2012, p. 90) problematiza qual é o desenvolvimento e para quem. O autor destaca o discurso apresentado pelas autoridades públicas a serviço de eliminação de supostos entraves, visando ao que entendem por crescimento econômico e à inserção das riquezas amazônicas no mercado mundial. Dessa forma, nas comunidades da região, é imposta a lógica do padrão de desenvolvimento, baseado no consumo de mercadorias. "O atual modelo de desenvolvimento continua o processo de transformação da natureza em capital" (PIMENTA, 2012, p. 91). Ao mesmo tempo, é preciso destacar que outras racionalidades econômicas se apresentam, simbólica e materialmente, revelando modelos locais. Segundo Gudeman e Rivera (1990, p. 14), conforme citados por Escobar (2005, p. 67): "os modelos locais são 'experiências de vida'; 'desenvolvem-se através do uso' na imbricação das práticas locais, com processos e conversações mais amplos". Por sua vez, a sugestão de Escobar (2005, p. 67) para se pensar os modelos locais é "que podemos tratar o conhecimento corporizado, prático, como constituindo – apesar disso – um modelo de alguma maneira compreensivo do mundo."

Uma reflexão sobre desenvolvimento e sustentabilidade: quando o bem-estar social se torna sinônimo de consumo

José Alex Rego Soares, Érica Renata de Souza

3 Transformações de mundo: o *homo economicus* e a naturalização das relações de produção

As mudanças tecnológicas que ocorreram nos séculos XVIII e XIX serviram para consolidar esse discurso ideológico e político sobre a ciência econômica e o desenvolvimento. No início, caracterizado como progresso, revelou-se uma interpretação vulgar do desenvolvimento (DOBB, 1971, p. 11). A nova ordem econômica mundial que se fixava foi capaz de construir um discurso que se alinhava a um contexto científico elaborado por um conjunto de pensadores ingleses, em especial J. Stuart Mill. Esses intelectuais buscavam desenvolver um *método da ciência econômica* que “fechasse” a relação entre desenvolvimento, economia e indivíduos, constituindo uma leitura mecanicista da economia, do fluxo circular da renda, “a mecânica da utilidade e do interesse individual” (JEVONS, 1996, p. 58).

Paulani (2005) interpreta essa abordagem (em especial as ideias de Stuart Mill) como um meio de formatação de um método econômico puro, diferente das outras ciências sociais, uma vez que o indivíduo se consolida como um ser autônomo dentro dessas transformações que ocorrem no século XIX – transformações sociais, tecnológicas, econômicas e políticas.

Portanto, caminhamos na criação do *homo economicus*, a ideia de um indivíduo capaz de tomar as melhores decisões de uma forma extremamente objetiva, racional, sempre buscando o maior retorno possível. Esse homem observa o mundo pela lupa do indivíduo, em que a competitividade, a concorrência entre os agentes e a busca por maiores resultados são capazes de alavancar o desenvolvimento das forças produtivas. Logo, o maior benefício individual, em sua essência, traria maiores benefícios coletivos: a máxima satisfação individual é a máxima satisfação social. O homem é visto como um ser racional e conseqüentemente desprovido de suas redes políticas culturais (PAULA, 2014, p. 93), minimizador dos seus erros frente às suas tomadas de decisões, consolidando, assim, um modelo teórico do desenvolvimento que restringe o espaço público.

Uma reflexão sobre desenvolvimento e sustentabilidade: quando o bem-estar social se torna sinônimo de consumo

José Alex Rego Soares, Érica Renata de Souza

Contudo, o conjunto dessas ideias não se fixou de imediato na intelectualidade, mas derivou de um longo processo histórico². K. Polanyi (2000) escreve que as ideias liberais ganharam força somente em 1820, conseguindo dessa forma se fixar no imaginário político e passar de uma corrente de ideias dogmáticas no aparelho político ao próprio pensamento do *mainstream*.

Num primeiro momento, foi entendido que o desenvolvimento de uma sociedade estava ligado ao processo de acumulação material a partir de uma maior divisão do trabalho, tese apresentada e sustentada pelos economistas clássicos, em especial pelo seu principal expoente, Adam Smith.

A interpretação do desenvolvimento da escola clássica se sustenta num tempo a-histórico, a partir de um congelamento, da naturalização das relações de produção, tornando-as inertes – a dinâmica temporal e espacial (PAULA, 2014, p. 56) – como descoladas do meio ambiente e social, transformando em fatos imutáveis socialmente e com estoques permanentes de recursos naturais, pautada num desenvolvimento social que se relaciona com as bases materiais. O bem-estar social é conduzido pela lógica da acumulação material de uma sociedade na qual o momento presente tem que representar um maior volume de acumulação frente a um passado recente. Pensar o futuro resume-se a um processo contínuo de acumulação de mercadorias, sustentando, dessa forma, a tese de desenvolvimento econômico frente a um bem-estar social que se baseia na maior coleção de mercadorias; trata-se de um padrão de vida focado na maior divisão do trabalho para um aumento da produtividade e, conseqüentemente, na diminuição dos custos de produção.

A necessidade de sobrevivência material, em grande medida “inventada” pelo capital, age de forma concreta no meio ambiente, gerando déficits sociais e ambientais. Desloca-se não apenas dos fatos históricos e sociais, mas também das condições ambientais e de seu processo de deterioração numa sociedade que almeja o consumo e o lucro como forma ideal de desenvolvimento. Enquanto sistema racional que se propõe, o

² Não iremos entrar numa avaliação mais detalhada dessa discussão; ela, neste momento, foge aos objetivos centrais do nosso trabalho.

Uma reflexão sobre desenvolvimento e sustentabilidade: quando o bem-estar social se torna sinônimo de consumo

José Alex Rego Soares, Érica Renata de Souza

capitalismo encontra um meio para justificar suas ações e conduzir sua base interpretativa através da “precificação” das coisas. “Por essa lógica, tudo no mundo teria um preço, o qual, sendo bem calibrado, inibiria ações depredatórias pelo custo que implicaria” (PAULA, 2014, p. 130).

O padrão do consumo de mercadorias como qualidade de vida implica num intenso processo de venda da força de trabalho, o mais trabalho, dando características e diferenciações entre os diversos agentes e as diferentes sociedades, a fuga para frente, a fim de caracterizar a venda do trabalho como algo pleno do desenvolvimento.

Estamos nos referindo a uma percepção que subtrai o ser humano enquanto agente social dentro de um contexto histórico, político, social e espacial, que age no espaço transformando e sendo transformado dentro dessas condições espaciais. Mais do que levar o modo de produção aos quatro cantos do mundo, o conceito de desenvolvimento capitalista implica na desumanização. Aqui, cabe ressaltar que a naturalização das relações de produção (PAULA, 2014, p. 56) está pautada numa dicotomia natureza versus cultura que toma a natureza como preexistente, pré-discursiva, como se os diferentes imaginários sobre a natureza se reduzissem a um só. A antropologia tem cada vez mais nos mostrado como as formas de se ver e viver a natureza variam entre os grupos humanos, no tempo e no espaço. Acreditar numa natureza como algo que independe das ações humanas é estrategicamente interessante para ofuscar o fato de que ela foi cultural e historicamente reinventada, ou seja, que aquilo que chamamos de natureza é, de fato, produto das relações entre o ser humano e o meio ambiente. Como problematizam Latour e Callon, "(n)ão há de antemão o mundo das coisas em si de um lado e o mundo dos homens entre si de outro, pois natureza e sociedade são ambas efeitos de redes heterogêneas" (FREIRE, 2006, p. 49).

Uma reflexão sobre desenvolvimento e sustentabilidade: quando o bem-estar social se torna sinônimo de consumo

José Alex Rego Soares, Érica Renata de Souza

4 O consumo como forma de desenvolvimento e a economia do bem-estar social em xeque

A mercadoria é mais que um objeto. Ela arrebatada e leva necessariamente à inclusão de um padrão via assimilação, incorporação, dominação ou destruição de grupos sociais que representam resistência a essa prática social de reprodução do capital.

A categoria "mercadoria", na análise de Marx não se refere simplesmente a um objeto, mas a uma forma "objetiva" historicamente específica de relações sociais – uma forma estruturante e estruturada de prática social que constitui uma forma radicalmente nova de interdependência social. Essa forma social se caracteriza por uma dualidade historicamente específica supostamente no centro do sistema social: valor de uso e troca, trabalho concreto e trabalho abstrato. (POSTONE, 2014, p. 164)³

O conceito de bem-estar social ficou restrito a uma concepção de bem-estar econômico clássico, conceito esse que não se alterou de maneira significativa nos mais de duzentos e cinquenta anos de capitalismo. O padrão ocidental do estilo de vida construído a partir da revolução industrial foi capaz de gerar uma imposição material que altera drasticamente o espaço (HOBBSBAWM, 2011).

Essa lógica de desenvolvimento da sociedade se pauta no quanto é mais rentável, sendo condição material sua prioridade, a condição mercadoria. Logo, pensar em desenvolvimento e modernização é pensar na mercadoria enquanto objeto de consumo, enquanto o capital constitui uma forma de organização da sociedade, da transformação do espaço⁴ no qual essas relações são produzidas.

³ Pierre Bourdieu, na obra *Economia das trocas simbólicas* (BOURDIEU, 1987 p. 40), ao explicar sua noção de *habitus* refere-se a “sistemas de posições, duráveis estruturas estruturadas predispostas a funcionar com estruturas estruturantes” as quais geram e mantêm práticas e representações “reguladas” e “regulares”.

⁴ Esse “espaço”, categoria um tanto abstrata, numa lógica globalizante, posicionaria o local como subsumido ao global. Contudo, neste trabalho, estamos entendendo que os “espaços”, no plural, correspondem às diferentes formas de interseção entre o global e o local.

Uma reflexão sobre desenvolvimento e sustentabilidade: quando o bem-estar social se torna sinônimo de consumo

José Alex Rego Soares, Érica Renata de Souza

A pauta mercadoria e bem-estar social é tão objetiva que, no pós-guerra⁵, ganham forças as políticas estatais de desenvolvimento que independem do debate teórico mais geral, preservando sempre as premissas básicas dos economistas clássicos (propriedade privada, trabalho livre e mobilidade de capital). O que se coloca aqui é entrada de um agente econômico e político que vai assegurar estabilidade social ou o bem-estar social dos trabalhadores por meio de políticas compensatórias (salários indiretos) do consumo de mercadorias visando à expansão dos lucros do capital (SOARES, 2013).

A abordagem que se apresenta refere-se a uma resolução macroeconômica para os problemas que se colocam, como se uma maior interferência do Estado diminuísse a capacidade de acumulação capitalista e seu desenvolvimento, ou como se uma menor participação do Estado⁶ fosse ideal à dinâmica de reprodução do capital, ou vice-versa. O que não é levado em consideração por essa lógica é que o papel do Estado “ideal” dentro da economia é configurado por aquele momento histórico das necessidades de reprodução do capital.

Em nossa perspectiva, o Estado não necessariamente precisa ser um agente produtivo ou planejador em última instância para ser forte. O Estado capitalista é resultado da própria dinâmica do capital e é, portanto, uma relação social entre grupos sociais desiguais. O Estado é forte pelo fato de concentrar a violência dentro de uma perspectiva social, em que as junções de poder são definidas pelos grupos sociais privilegiados.

⁵ Perry Anderson (1995) faz uma síntese bem adequada sobre a formação do Neoliberalismo enquanto organização política em Mont Pélerin, na Suíça em 1947. Aqui cabe uma ressalva, o autor discorda do conceito (neo) praticado pela maioria dos pesquisadores. No nosso entendimento não existe nada de novo no conceito de neoliberalismo, apenas uma outra forma de apresentação do projeto liberal, forma essa inclusive paradoxal ao conceito de liberdade, justamente por ser conduzido na maioria dos casos pelo Estados com mão de ferro e até mesmo autoritária, quando os mesmos se utilizaram de instrumentos questionáveis para implementação de suas políticas. “Neo” é um liberalismo conduzido pelo Estado de forma a perpetrar uma mudança do papel do Estado na sociedade. A partir do enfoque que se observa, o Estado precisa ser forte e com traços autoritários para executar as mudanças sociais a fim de praticar maiores ganhos ao capital.

⁶ Segundo Magdoff (1979, p. 141), “O Estado assumiu um papel cada vez mais importante, estimulando, influenciando e resolvendo conflitos entre as emergentes empresas gigantes. Tarifas protecionistas e outras barreiras ao comércio – não mais para proteção de indústrias nascentes, mas para benefício das indústrias mais avançadas e mais orientadas para as exportações”. O que de longe marca uma conduta de um agente econômico com definições claras e que por si mesmo se limita a pensar efetivamente alternativas criativas ao desenvolvimento local, já que a percepção do Estado é cada vez mais global e competitiva e menos ativa sobre ações flexíveis e econômicas locais.

Uma reflexão sobre desenvolvimento e sustentabilidade: quando o bem-estar social se torna sinônimo de consumo

José Alex Rego Soares, Érica Renata de Souza

Essa lógica é tão consistente na sociedade que a própria base do pensamento desenvolvimentista que norteou a América Latina, e que foi colocada como inovadora nos anos 1950/60, espelhava-se na base do pensamento clássico do bem-estar social. Mesmo os anos de pensamento cepalino, em última instância, pautaram-se nas teses do pensamento clássico, ou seja, até ideias importantes que visavam dar um salto no desenvolvimento econômico latino-americano não conseguiram alterar as condições metodológicas do modelo clássico (GURRIERI, 2011, p. 17), o qual não consegue promover o diálogo entre o local e o global.

Precisamente porque os processos globais se materializam em grande escala nos territórios nacionais, muitos Estados Nacionais tiveram que se dedicar arduamente à implementação do sistema global econômico, tendo, nesse processo, experimentado transformações de vários aspectos de sua estrutura institucional. Isso significaria que a Economia Global e o Estado Nacional não se relacionam um com o outro em uma situação de soma nula. (SASSEN, 1999, p. 101)

Essa lógica de organização material da sociedade tem buscado se sobrepôr aos modelos locais de natureza, a outras racionalidades econômicas. A imposição desse modelo de desenvolvimento ou padrão de organização sofre uma resistência com base numa relação histórica, cultural, social e mesmo econômica que fere a expansão do capital como forma dominante.

En nuestro continente existen territorios heterogéneos, porque los pueblos de nuestro continente resistieron y resisten la dominación, sustentando y creando territorios donde pueden habitar los modos de vida no hegemónicos. Ni la diferencia sociocultural, ni los territorios que la hospedan, son datos de la realidad sino construcciones cotidianas. Lejos de ser esencias se trata de creaciones y re-creaciones permanentes. (ZIBECHI, 2001, p. 81)

O impacto do global sobre o local repercute em várias esferas, em especial no que podemos denominar como uma imperialização das relações sociais, que se esconde atrás

Uma reflexão sobre desenvolvimento e sustentabilidade: quando o bem-estar social se torna sinônimo de consumo

José Alex Rego Soares, Érica Renata de Souza

do manto da cosmopolização dos grupos sociais, dentro de uma esfera global. Stuart Hall sugere esse momento como forma de uma especialização flexível, um retorno ao local:

A globalização (na forma especialização flexível e da estratégia de criação de 'nichos de mercado'), na verdade, explora a diferenciação local. Assim, ao invés de pensar no global como substituindo o local seria mais acurado pensar numa nova articulação entre o global o local. (HALL, 2014, p. 45)

Essa perspectiva nos leva a problematizar sobre os hibridismos, as formas alternativas que possam resultar do encontro entre o processo de globalização e as formas localizadas de ação. Assim como a falsa assimetria natureza x cultura, também precisamos nos atentar para outra dicotomia que é o global x local. Como bem nos lembra Escobar (2005), não significa que o local esteja imune à dominação, mas é preciso desessencializar o local, buscar entender em quais – e por quais – relações (humanas e não humanas) o local se constitui e se reinventa.

Consumo, riqueza, lucro e desenvolvimento fazem parte do mesmo diapasão. Sendo assim, como responder a questões urgentes de uma sociedade que se pauta pelo desenvolvimento igual a poder maior de consumo? Num esquadramento geral do capitalismo, podemos afirmar de antemão que essa articulação não se sustenta. “Já se disse que o lema do capitalismo verde é salvar o planeta e ganhar dinheiro ao mesmo tempo. Talvez não seja possível salvá-lo, se ficar demonstrado que as duas intenções são incompatíveis”, escreve Santos (2003, p. 30).

De acordo com Abramovay (2015, p. 3), o que está acontecendo na economia global é um fato, no mínimo, muito crítico. As empresas simplesmente não contabilizam a degradação ambiental em seus balanços, camuflam o impacto no meio ambiente, sugerindo que vivemos numa sociedade de consumo de massa viável, com preços deflacionados, podendo com isso elevar suas taxas de lucro; produzem, assim, uma sensação de bem-estar social e econômico sem alterar o padrão global de produção e, conseqüentemente, de consumo das famílias. Quanto mais global é o padrão, maior é o

Uma reflexão sobre desenvolvimento e sustentabilidade: quando o bem-estar social se torna sinônimo de consumo

José Alex Rego Soares, Érica Renata de Souza

impacto de degradação do meio ambiente e mais excludentes são as relações locais e sustentáveis de produção e consumo.

Gastos não contabilizados constituem uma forma de alterar o sistema de preços, porém, essa mágica contábil não desaparece tão fácil assim. Os seus resultados podem ser sentidos de outras formas, ou de outras medidas que não o preço direto da mercadoria, mas os preços indiretos, como aponta Makower (2015):

External costs are incurred whenever a natural resource is used or pollutants are released to air, land or water. The external cost of using a resource, such as water, or emitting a pollutant, such as carbon dioxide, is the cost that is borne by society through the degradation of the environment but which is external to the books of the firm that uses the resource or emits the pollutant.

For example, the European Commission estimates that dust and particles from fuel use and other sources cause the premature deaths of almost 370,000 people every year and reduce life expectancy by eight months. Air pollutants could result in between \$246 billion and \$792 billion in societal health costs by 2020. Measures to reduce pollution could cost the market economy around \$9.2 billion annually, saving at least \$55 billion in health costs. The fact that external costs are not included in market prices means that the prices used in markets are generally too low, but not all in the same proportion. For example, burning diesel for road transport generates particulates, which have an adverse effect on human health and the environment. Since the market price does not account for the total social costs associated with this product, these are borne by health services. Fuel taxes apply a cost to diesel in the UK, to at least partially reflect the social costs of this product in the market price so that downstream users pay towards the damage done. In contrast, no taxes are applied to jet fuel kerosene, which has a significant global warming effect. Trucost prices the damage that is done to society by pollution and natural resource use, including quantifying associated human health costs. (MAKOWER, 2015, p. 52-53)

Os valores dos setores básicos, como alimentação, bebidas, minas e florestas estão extremamente deflacionados para manter a atual taxa de lucro das empresas, caso houvesse uma contabilização frente ao custo socioambiental provocado hoje pela nossa opção de consumo de massa (ABRAMOVAY, 2015, p. 3).

Uma reflexão sobre desenvolvimento e sustentabilidade: quando o bem-estar social se torna sinônimo de consumo

José Alex Rego Soares, Érica Renata de Souza

Contudo, concomitante às teorias do “capital centrismo” (ESCOBAR, 2005). Os modelos locais de natureza e outras racionalidades econômicas cada vez mais revelam que:

(...) a construção de paradigmas alternativos de produção, ordens políticas e sustentabilidade são aspectos de um mesmo processo, e este processo é impulsionado em parte pela política cultural dos movimentos sociais e das comunidades na defesa de seus modos de natureza/cultura. (ESCOBAR, 2005, p. 71)

A interseção entre o local e o global pode propiciar racionalidades econômicas que não necessariamente respondam única e exclusivamente ao interesse do capital.

5 O futuro e o desenvolvimento

Na segunda metade do século XX, o fato se tornou realmente pauta de preocupação: a relação consumo versus utilização dos recursos naturais foi definitivamente colocada em questão, bem como a necessidade de se redefinir o conceito de desenvolvimento econômico que se consolida, problematizando-o e ampliando sua definição. Nesse contexto, o desenvolvimento sustentável passa a tomar conta das agendas e muitas ações se organizam em torno de uma proposta de sustentabilidade, de uma menor pegada de carbono⁷. Contudo, as propostas de Desenvolvimento Sustentável não são capazes de resolver e tocar efetivamente no ponto. As condições de produção colocadas para nossa geração não são apenas uma questão preservacionista no sentido que podemos responder efetivamente a curva de mudança global a partir de iniciativas em vários setores produtivos. Ela representa a

⁷ *Huella de Carbono (HC)*: “Efecto que tienen las actividades humanas (p.ej. cambio de uso de suelo, uso de combustibles fósiles) sobre el clima, en términos del total de GEI (Gás de Efeito Estufa) emitidos, medidos en unidades de CO₂” (FROHMANN & OLMOS, 2013, p. 75).

Uma reflexão sobre desenvolvimento e sustentabilidade: quando o bem-estar social se torna sinônimo de consumo

José Alex Rego Soares, Érica Renata de Souza

escolha de um modo de organização da atividade não apenas econômica, mas social, política e cultural e uma nova reinterpretação do lugar⁸.

O desenvolvimento econômico passa a ser problematizado em várias áreas do conhecimento, e assim também na Economia. Contudo, faz-se necessário rompermos com as tradições do *homo economicus* da maximização, a relação não apenas social e política, mas também física (espacial). Essa problematização envolve uma releitura da natureza, levando em conta que não existe agente passivo dentro do processo de transformação.

A modernização do processo de trabalho, dada a necessidade de se constituir uma sociedade de consumo de massa, leva-nos a observar de forma clara que esse processo globalizante é cada vez mais consumidor desse stock terrestre, como já destacamos, mercadoria. A mercadoria é residual e, portanto, ela se torna incapaz de retornar ao meio e se constituir como fonte primária de energia (GEORGESCU-ROEGEN, 2008).

O padrão global de consumo se torna, em termos de sobrevivência humana, inviável. Assim, não haverá espaço para a perspectiva clássica de progresso, desenvolvimento, pautada pelo crescimento da taxa de lucratividade; fetichizado no consumo de mercadorias, o bem-estar não passará pela configuração de mercadorias ou marcas globais. A própria expressão globalizada torna-se um fetiche, enquanto significativa da população que não consegue meios básicos para sua sobrevivência.

A mudança não se dará dentro das esferas da economia, porque passa por uma questão cultural, em especial do resgate das relações de produção e consumo a partir do local, das redes de relações socioeconômicas. Dentro dessa abordagem, podemos salientar que o processo econômico e social se faz passar pelo decréscimo desse padrão de consumo, em especial ao tocante das pessoas que vivem nos países ditos desenvolvidos, que essencialmente são as principais consumidoras de energia.

⁸ “O lugar – como a cultura local – pode ser considerado “o outro” da globalização, de maneira que uma discussão do lugar deveria oferecer uma perspectiva importante para repensar a globalização e a questão das alternativas ao capitalismo e à modernidade” (Escobar, 2005, p.69).

Uma reflexão sobre desenvolvimento e sustentabilidade: quando o bem-estar social se torna sinônimo de consumo

José Alex Rego Soares, Érica Renata de Souza

Segundo Postone (2014), as mudanças dentro de um sistema histórico de produção não visam se transformar em condições que ultrapassam a história; o decréscimo é o rompimento com esse modelo de produção e as discussões relevantes à resistência por parte das comunidades locais são uma resposta a essa lógica fetichizada do consumo.

Conclusão

A relação natureza versus cultura não é excludente. Além disso, também nessa interpretação, percebemos o quanto seres humanos e não humanos fazem parte de um mesmo processo de desenvolvimento que é cultural, histórico e econômico.

O modelo de consumo capitalista dita o desenvolvimento por um padrão de sociedade que é altamente destrutiva, em síntese, da vida. Toda forma de utilização de uma nova condição de energia gera um volume significativo de resíduos, impossível de se tornar fonte de energia. O esforço da produção de petróleo traz uma destruição maior do que a própria condição de geração de energia gerada pelo seu processo em si.

O desenvolvimento de uma sociedade não se dá por uma única racionalidade econômica. A ordem seria pensar os modelos locais, os lugares e suas próprias particularidades, suas tecnologias, seus costumes, suas capacidades de articulação e de hibridação entre o local e o global, reconhecendo que natureza e cultura, pessoas e coisas, não são domínios separados e independentes.

Na linha de uma das principais demonstrações das disciplinas sociais – de autores como Mauss (2003 [1922]), Malinowski (1978 [1922]), Simmel (1999 [1909]) e Weber (2001 [1904]) –, a atribuição de determinados sentidos a formas de ser e de se relacionar com os objetos (entre eles, as mercadorias e o dinheiro) é parte constitutiva de criação de sujeitos. A subjetivação das coisas e a objetificação das pessoas fazem parte de um mesmo universo no qual se processam as relações humanas e suas transformações. (NEILBURG, 2010, p. 240-241)

Uma reflexão sobre desenvolvimento e sustentabilidade: quando o bem-estar social se torna sinônimo de consumo

José Alex Rego Soares, Érica Renata de Souza

A equação trabalho, consumo e capital não se deve aplicar de forma indiscriminada e muito menos estabelecer um conceito homogêneo de desenvolvimento, até porque esse conceito é insustentável em termos ambientais e sociais. Significados e práticas dissidentes e híbridas são possíveis, a diferença é (re)inventada, mesmo num mundo de intenções globalizantes.

A atenção que se deu, em especial na América Latina, à hibridização cultural, é outra tentativa de tornar visível o encontro dinâmico das práticas que se originam em muitas matrizes culturais e temporais, tendo em vista que grupos locais, longe de serem receptores passivos de condições transnacionais, configuram ativamente o processo de construir identidades, relações sociais e práticas econômicas (ESCOBAR, 2005, p.69).

Referências

ABRAMOVAY, R. A fantasia dos preços. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 de abr. 2015. Folha Opinião, Caderno 01, p.03.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: Sader, E.; Gentil, P (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1995, p.09-23.

BENJAMIM, W. O capitalismo como religião. São Paulo, SP. Boitempo: 2005.

BOURDIEU, Pierre. **Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

DUPAS, G. **O Mito do Progresso; ou progresso como ideologia**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

DOBB, M. **A evolução do capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1971.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: *Lander, E. (org).* **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latinoamericanas**. Colección Sur Sur. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005, p. 63-p.79. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/>. Acesso em 05-02-2019.

Uma reflexão sobre desenvolvimento e sustentabilidade: quando o bem-estar social se torna sinônimo de consumo

José Alex Rego Soares, Érica Renata de Souza

FREIRE, Leticia L. Seguindo Bruno Latour: notas para uma antropologia simétrica. **Revista Comum**, Rio de Janeiro, v.11, n. 26, p. 46-65, jan.-jun. 2006.

FROHMANN, A & OLMOS, X. **Huella de carbono, exportaciones y estrategias empresariales frente al cambio climático**. Santiago de Chile: Naciones Unidas: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), diciembre de 2013.

GEORGESCU-ROEGEN, N. **O decrescimento: entropía, ecología e economia**. Lisboa: Instituto Piaget, 2008.

GURRIERI, A. A economia política de Raúl Prebisch. In. Gurrieri, A. (Org.). **O manifesto Latino-Americano e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado, 2011. p. 15-92.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Ed. Lamparina, 2014.

HOBBSAWM, E, J. **A era do capital: 1848-1875**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

JEVONS. W. S. **A teoria da economia política**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

MAGDOFF, H. **Imperialismo: da era colonial ao presente**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

MAKOWER, J. Editors of GreenBiz.com. **The 2015 State of Green Business Report, 2015**. Disponível em: <http://www.greenbiz.com/article/state-green-business-2015>. Acesso em: 27-02-2017.

MARX, M. **Para a crítica da economia política; salário, preço e lucro; o rendimento e suas fontes: a economia vulgar**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, M. **O capital: a crítica da economia política**. 20. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v.1.

NEILBURG, F. Os sentidos sociais da economia. In: MARTINS, C. B.; DUARTE, L. F. D. (coords.). **Horizontes das ciências sociais no Brasil: antropologia**. São Paulo: ANPOCS, 2010, p. 225-258.

PAULA, J. A. **Crítica e emancipação humana: ensaios marxistas**. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2014.

PAULANI, L. **Modernidade e discurso econômico**. São Paulo: Boitempo, 2005.

Uma reflexão sobre desenvolvimento e sustentabilidade: quando o bem-estar social se torna sinônimo de consumo

José Alex Rego Soares, Érica Renata de Souza

PIMENTA, J. Etnologia indígena e indigenismo. In: José Pimenta; Maria Inês Smiljanic (Org.). **Povos indígenas, desenvolvimento e integração fronteiriça: o caso do Acre e da fronteira Brasil-Peru**. 1 ed. Brasília: Gráfica e Editora Positiva, 2012, v. 1, p. 75-99.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

POSTONE, M. **Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx**. São Paulo: Boitempo, 2014.

SANTOS, L. G. **Politizar as novas tecnologias: o impacto sociotécnico da informação digital e genética**. São Paulo: Editora 34, 2003.

SASSEN, S. Território e territorialidade na Economia Global. In: Barroso, J. R. (org.) **Globalização e Identidade Nacional**. São Paulo: Atlas, 1999.

SOARES, J, A R. Uma interpretação do novo desenvolvimentismo a partir da conjuntura econômica da América Latina. Nações Unidas, Comissão Econômica para América Latina (CEPAL). **Primeiras jornadas de planejamento**. Santiago do Chile, 2013.

ZIBECHI, R. **Territorios en resistencia: cartografía política de las periferias urbanas latinoamericanas**. Málaga: ZAMBRA- Iniciativas sociales, 2011.

Recebido em: 30/06/2018

Aprovado em: 27/11/2018

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Centro de Ciências Humanas e da Educação - FAED

Revista PerCursos

Volume 19 - Número 41 - Ano 2018

revistapercursos@gmail.com